



Anais da Assembléia

Nº 024

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cantário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª
LEGISLATURA
ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1997.
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº 199/97, do Senhor ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Acompanhamento de Metas daquele Tribunal, das atividades desenvolvidas durante o exercício de 1996. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº ATCC049/97, do Senhor GIOVANI GIONÉDIS, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado EDNO GUIMARÃES, que pede esclarecimentos sobre "Liberação de recursos programados para frentes de trabalho, central de apoio aos trabalhadores volantes e galpões de produção". Ao conhecimento do senhor Deputado interessado.

Sob o nº 190/97, do Senhor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado EMERSON NERONE, que pede esclarecimentos sobre "Alteração na lei de promoção de Praças". Ao conhecimento do senhor Deputado interessado.

Sob o nº 008/97, da Senhora vice-Governadora do Estado, solicitando autorização para afastar-se do País, entre os dias 18 e 31 do corrente, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de tratar de assuntos particulares, cuja viagem será feita sem despesas para o erário. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 262
Senhor Presidente.

Através do presente documento solicito a retirada da Ordem do Dia de hoje do Projeto de Lei nº 224/96, por entendimento com Liderança do Governo, e transferindo para Sessão Plenária do dia 12 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 263
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada

por dez (10) sessões, do item 03, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 161/96, de autoria do Deputado José Tavares, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária (11.03).

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio: José Tavares

REQUERIMENTO Nº 298-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Oscar de Oliveira, ocorrido no último dia 07, na Cidade de Maringá.

Funcionário do Fórum de Maringá, onde por muitos anos exerceu as funções de Caseiro e Vigia, desfrutava de grande estima por suas qualidades pessoais e capacidade de trabalho.

A vida privou seus familiares do seu convívio, nos corações dos amigos, sua eterna lembrança.

Que da decisão desta Casa se dê ciência a família enlutada.

Rua Rio Itajaí (em frente ao nº 580)

Conjunto Recorde

Maringá - Paraná

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Celso Buscariol, ocorrido no Município de Boa Esperança.

Primeiro, exerceu por duas vezes o mandato de Prefeito, pessoa dedicada aos trabalhos junto à comunidade de Boa Esperança, deixa uma profunda tristeza entre amigos e familiares.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente na Rua Mato Grosso, 83 - CEP 87370-000 - Boa Esperança - PR.

Sala das Sessões, em 11.03.97

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente.

Observado o disposto no artigo 132, § 1º, III, do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado aos senhores proprietários da Editora Central Ltda., Franklin Vieira Silva e Rosely Rachel V. da Silva (Av. Mauá, 1988 - Caixa Postal 1511 - CEP 87050-020 - Maringá - PR), que edita "O Diário do Norte do Paraná", parabenizando-os pela publicação "Maringá meio século de história", registrando nesta Casa voto de louvor a essa iniciativa que faz parte da comemoração dos 50 anos da cidade de Maringá, cuja fundação data de 10 (dez) de maio de 1947.

A introdução desse belo trabalho demonstra com propriedade as linhas que nortearam a divulgação, motivo pelo qual consideramos fundamental transcrevê-la:

"Contar a história de Maringá em reportagens, não é apenas relembrar fatos passados que marcaram a sua trajetória. É também, emocionar pioneiros que construíram esta cidade, reconhecendo e dando o devido valor ao trabalho que tiveram para desbravar esta terra, transformando um local desértico numa das mais belas e progressistas cidades do mundo. É também reconhecer o valor daqueles que atualmente estão continuando a caminhada. É, ainda, deixar para as gerações futuras um documento a ser estudado, para que os netos de nossos netos tenham conhecimento que muito suor e lágrimas foram derramados nesta terra abençoada, para que Maringá chegasse onde chegou, e, assim, eles a amem como nós amamos."

"O Diário do Norte do Paraná", desde 1974, conta a história do povo pujante de Maringá e região e merece o reconhecimento daqueles que lutam pelo progresso da nossa cidade.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de votos de congratulações e louvor à União de Moradores de Pato Branco, pela comemoração dos seus 10 anos de

organização, realizada no dia 07 de março próximo passado.

Do aprovado, requer ainda seja enviado cópia ao Presidente da entidade.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A União de Moradores de Pato Branco, ao longo de seus 10 anos de constituição, tem desenvolvido um trabalho brilhante, em benefício da população do município.

Seu desempenho nas questões pertinentes à área social tem sido expressivo, contribuindo com ações concretas e eficazes a todos os moradores que dela fazem parte.

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao senhor Batista Vieira, ex-combatente da II Guerra Mundial e que ficou anos na Itália.

Nascido em 23 de março de 1922, hoje com 75 anos de vida, merece todo o nosso respeito, consideração e carinho por ter honrado nosso País. Homem íntegro, casado com a senhora Madalena Troianoski, a qual nos buscou para que, por meio deste voto de louvor, fique registrado nos Anais desta Casa de Leis todo o reconhecimento e orgulho de sua família, pelos anos dedicados em honra da nossa querida Pátria.

Exemplos como este, de civismo e desprendimento merecem exaltação. Entendemos meritório este registro e nos somamos à sua esposa, familiares e amigos, nesta homenagem ao Senhor Batista, juntamente com o demais Pares desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da

Saúde e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando a adoção de procedimentos no sentido de viabilizar a liberação de 02 (dois) veículos para o Centro de Ciências da Saúde - CCS, Fundação Universidade Estadual de Maringá, para que se possa prestar atendimentos aos convênios já firmados e aos convênios que estão para serem viabilizados.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Magnífico Reitor da UEM, Professor Luiz Antonio de Souza, e ao Professor João Carlos Palazzo de Mello, Mui Digno vice-Diretor do CCS, no seguinte endereço:

Campus Universitário

Av. Colombo, 5790

Maringá - PR

CEP 87020-900

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) JOEL COIMERA

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades pelas quais passam as instituições de ensino superior do Paraná é de conhecimento de todos.

Atualmente, o Centro de Ciências da Saúde - CCS, possui características peculiares em face dos cursos da área de saúde estarem vinculados a este, entre os quais podemos citar:

- Recentemente, o Departamento de Odontologia firmou convênio em parceria com a Prefeitura Municipal de Paçandu, objetivando administrar o Hospital Municipal via UEM/CCS - Hospital Universitário Regional de Maringá/Centro de Ciências Sócio-Econômica.

- O Departamento de enfermagem empresta seus serviços diariamente, junto com os alunos, em quase todos os municípios vizinhos da região, junto com os alunos, em quase todos os municípios vizinhos da região, nos postos de saúde, fornecendo, assim, campo de estágio.

- O LEPEMC - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas, na realização de exames laboratoriais, dá atendimento a várias localidades vizinhas com a participação de alunos e docentes, além do controle epidemiológico de vetores disseminadores de doenças endêmicas, como a dengue e leishmaniose.

Todas as atividades listadas são algumas entre tantas outras que fazem

do Centro de Ciências de Saúde um centro com atividades de extensão na área de saúde de grande monta e importância para a população local e vizinhas.

Diante dos fatos e das dificuldades que a Prefeitura do Campus da UEM possui, pela faltas, na liberação de veículos para a locomoção de estudantes para as diversas localidades, vimos solicitar dessas Secretarias de Estado empenho no sentido de viabilizar a liberação de dois veículos para o CCS/UEM, para que se possa dar um melhor atendimento à população de Maringá e Região.

REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Praça Santos Andrade, tendo em vista a presença constante de desocupados que ali se reúnem, causando pânico para a população que transita por essa praça.

A presença de policiais no local certamente proporcionará uma maior segurança às pessoas e coibirá a ação desses desocupados.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de providenciar a passagem do carteiro na Rua José Celdecke, Conjunto Lotiguaçu II - Uberaba de Cima.

O pedido está sendo feito pela Senhora Márcia Regina Crocetti (fone: 369-1327), em nome de todos os moradores desse conjunto, uma vez que muita falta faz a ausência do carteiro para a entrega das correspondências.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que seja encaminhado

expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de providenciar urgentemente reparos e aberturas de valetas no Jardim Teffé - Parque São Jorge. As ruas também encontram-se em total abandono. A falta de valeta impede o escoamento das águas pluviais e da água dos trabalhos domésticos, deixando as ruas sempre alagadas.

A situação é crítica e a população pede uma melhor atenção ao Parque São Jorge.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 289

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Rosimeiri Pessin, a qual solicita providências quanto a retirada de uma árvore existente ao lado do nº 01 da Rua Rio de Janeiro - Bairro Tanguá.

Ocorre que esta árvore tem mais ou menos 100 (cem) anos de existência e a raiz está toda podre, os galhos são enormes e altos, caindo em cima das casas, necessitando de ser retirada do local urgentemente.

Maiores informações podem ser obtidas com a requerente, pelo telefone 338-2940.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de proceder a limpeza de uma valeta localizada em frente ao nº 130 da Rua A, Jardim Jussara.

O pedido está sendo feito pela Senhora Zilma Jonk, residente neste endereço, uma vez que a valeta está repleta de mato e lixo, e a água das chuvas estão entrando em sua casa. Solicita urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Luiz Carlos Mendonça de Barros, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), solicitando que essa colenda instituição financeira verifique a possibilidade de arcar, em conjunto com os Bancos estaduais, em especial com o Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), dos riscos sobre os eventuais casos de inadimplência dos empréstimos cedidos através do PRONAF-Investimento.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO).

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Embora o Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), esteja com ótima saúde financeira, é injusto que o mesmo assuma a total responsabilidade sobre os eventuais casos de inadimplência por parte dos agricultores que participam do PRONAF-Investimento.

Os Bancos estaduais não podem assumir todos os riscos sobre o processo do crédito rural, tal situação está gerando atraso nos repasses dos PRONAF, penalizando os pequenos agricultores paranaenses.

Por entender que o PRONAF tem a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, reiteramos a solicitação feita neste Requerimento, pois, o futuro da agricultura familiar depende da cooperação dos Governos Federais e Estaduais.

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Governador e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do BANESTADO, solicitando o imediato atendimento de empréstimos feitos pelos agricultores familiares, através do PRONAF-Investimento, atendendo

também os pedidos para cobrir o conserto de implementos e máquinas agrícolas. Bem como iniciar a qualificação dos meeiros e arrendatários, para que sejam devidamente qualificados, através de comprovação da sua condição de trabalho, com a apresentação de mais de uma declaração das seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Associação Comercial, etc.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O PRONAF-Investimento somente terá cumprido o seu papel, de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, caso haja apoio concreto por parte do Governo Estadual. A agricultura paranaense, em especial os pequenos agricultores, precisam e tratamento especial para continuar a produzir e gerar empregos.

Cientes da preocupação do Governo do Estado, para com a agricultura familiar, reitero a solicitação feita nesse Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, para que designe um delegado especial para acompanhar o inquérito que se instaurou no âmbito da Comarca de Ibiporã, para apurar a responsabilidade da morte do empresário Idalécio Bueno, ocorrido dia 09.03.97, quando o citado cidadão estava sob custódia da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, o que me leva a apresentar tal Requerimento é o fato da morte de um cidadão sob custódia da Polícia, residente em Ibiporã, empresário e, inclusive, tendo vida pública local.

Senhor Presidente, a morte de Idalécio Bueno causou a revolta da população, pois segundo informações, a

vítima foi enforcada por cinco policiais militares, na presença da esposa e de dois filhos menores, que tudo viram sem poder fazer nada, numa verdadeira sanha de arbitrariedade descomedida para uma sociedade pacata.

Para aquela família que pretendia-se um domingo calmo, vivenciado num dos clubes da vizinha Cidade de Londrina, e no retorno, em função de um defeito mecânico no carro, teve a desdita de estar trafegando no mesmo sentido do policial que saiu do serviço junto ao 5º Batalhão, e num entrevero de trânsito, sem a menor importância, foi preso, algemado, torturado ao ponto de ter o óbito por asfixia.

Diante do exposto, aguardo encaminhamento e posterior aprovação pelo Plenário.

REQUERIMENTO Nº 295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Saúde, Doutor Carlos César de Albuquerque, no sentido de que autorize com urgência o pagamento que o Sistema Único de Saúde - SUS, tem pendente para com o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

De hospital-escola, o HC passou a hospital público, tal a demanda existente e por não se furtar a seu papel, o de prestar atendimento integral em saúde, tem acumulado dívidas que comprometem seu funcionamento por muito mais tempo.

O atraso do SUS que não paga tal prestação de serviço, é responsável pela maioria dos problemas que hoje afetam o HC/UFPR.

Requer ainda seja enviado cópia do expediente ao Reitor da UFPR, Professor José Henrique de Faria, e ao Diretor Geral do HC, Doutor Mário Sérgio Cerci.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A importância do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná para a comunidade paranaense e de muitos outros Estados é inegável. Atendendo em seus ambulatórios e no serviço de Pronto Atendimento centenas

de pessoas a cada dia, o HC é o principal hospital para a população carente em Curitiba, que forma a imensa maioria de sua clientela.

O Hospital de Clínicas não está à serviço de quem tem recursos financeiros. Pelo contrário, embora não discrimine nenhum paciente, é para o cidadão mais pobre que suas atividades estão voltadas. Referência na América Latina para o transplante de medula óssea e referência no Brasil em outras especialidades, tem provado ao longo dos anos que é um hospital-escola dedicado também à pesquisa, formando médicos da maior categoria, que mais tarde estarão colocando a experiência acumulada nos anos de HC à serviço da população em geral.

O Hospital de Clínicas atende milhares de pacientes por mês, de Curitiba, do interior do Paraná, de outros Estados e até de países vizinhos. E caso não consiga equacionar seus problemas financeiros, agravados pelo atraso nos pagamentos do SUS, poderá ter que suspender o atendimento médico nos próximos dias. E se o MEC assumir o pagamento total de seus funcionários, boa parte de seus problemas financeiros estará resolvida. E o valor gasto até então com esta despesa seria aplicado na própria instituição.

Daí fazermos este apelo ao Senhor Ministro da Educação. Até porque, os Hospitais de Clínicas de Porto Alegre, Salvador e Campo Grande, por exemplo, já tem cobertura total de suas folhas de pessoal pelo referido Ministério. Façamos então, desta Assembléia Legislativa, uma campanha para que o HC da UFPR seja também beneficiado.

REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Educação, Doutor Paulo Renato de Souza, no sentido de que tome providências urgentes e imediatas para resolver os graves problemas que o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná vem enfrentando, especialmente com o pagamento de sua folha de pessoal e os atrasos nos pagamentos do SUS.

A reivindicação, que se atendida resolveria boa parte de seus problemas, é a de que o Ministério da Educação assuma o pagamento total da folha de pessoal, hoje em 3.600 funcionários.

Requer ainda seja enviado cópia do expediente ao Reitor da UFPR, Professor José Henrique de Faria, e ao Diretor Geral do HC, Doutor Mário Sérgio Cerci.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A importância do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná para a comunidade paranaense e de muitos outros Estados é inegável. Atendendo em seus ambulatórios e no serviço de Pronto Atendimento centenas de pessoas a cada dia, o HC é o principal hospital para a população carente em Curitiba, que forma a imensa maioria de sua clientela.

O Hospital de Clínicas não está à serviço de quem tem recursos financeiros. Pelo contrário, embora não discrimine nenhum paciente, é para o cidadão mais pobre que suas atividades estão voltadas. Referência na América Latina para o transplante de medula óssea e referência no Brasil em outras especialidades, tem provado ao longo dos anos que é um hospital-escola dedicado também à pesquisa, formando médicos da maior categoria, que mais tarde estarão colocando a experiência acumulada nos anos de HC à serviço da população em geral.

O Hospital de Clínicas atende milhares de pacientes por mês, de Curitiba, do interior do Paraná, de outros Estados e até de países vizinhos. E caso não consiga equacionar seus problemas financeiros, agravados pelo atraso nos pagamentos do SUS, poderá ter que suspender o atendimento médico nos próximos dias. E se o MEC assumir o pagamento total de seus funcionários, boa parte de seus problemas financeiros estará resolvida. E o valor gasto até então com esta despesa seria aplicado na própria instituição.

Dai fazemos este apelo ao Senhor Ministro da Educação. Até porque, os Hospitais de Clínicas de Porto Alegre, Salvador e Campo Grande, por exemplo, já tem cobertura total de suas folhas de pessoal pelo referido

Ministério. Façamos então, desta Assembleia Legislativa, uma campanha para que o HC da UFPR seja também beneficiado.

REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Administração, Doutor Luiz Bresser Pereira, no sentido de que tome providências urgentes e imediatas para resolver os graves problemas que o Hospital de Clínicas da universidade Federal do Paraná vem enfrentando, especialmente com o pagamento de sua folha de pessoal, hoje formada por 3.600 funcionários.

Que o Ministério da Administração autorize o Ministério da Educação, com a liberação de recursos pela área competente, a assumir a totalidade da folha de pagamento do HC de Curitiba, o hospital-escola da UFPR.

Requer ainda seja enviado cópia do expediente ao Reitor da UFPR, Professor José Henrique de Faria, e ao Diretor Geral do HC, Doutor Mário Sérgio Cerci.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A importância do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná para a comunidade paranaense e de muitos outros Estados é inegável. Atendendo em seus ambulatórios e no serviço de Pronto Atendimento centenas de pessoas a cada dia, o HC é o principal hospital para a população carente em Curitiba, que forma a imensa maioria de sua clientela.

O Hospital de Clínicas não está à serviço de quem tem recursos financeiros. Pelo contrário, embora não discrimine nenhum paciente, é para o cidadão mais pobre que suas atividades estão voltadas. Referência na América Latina para o transplante de medula óssea e referência no Brasil em outras especialidades, tem provado ao longo dos anos que é um hospital-escola dedicado também à pesquisa, formando médicos da maior categoria, que mais tarde estarão colocando a experiência acumulada nos anos de HC à serviço da população em geral.

O Hospital de Clínicas atende milhares de pacientes por mês, de Curitiba, do interior do Paraná, de outros Estados e até de países vizinhos. E caso não consiga equacionar seus problemas financeiros, agravados pelo atraso nos pagamentos do SUS, poderá ter que suspender o atendimento médico nos próximos dias. E se o MEC assumir o pagamento total de seus funcionários, boa parte de seus problemas financeiros estará resolvida. E o valor gasto até então com esta despesa seria aplicado na própria instituição.

Dai fazemos este apelo ao Senhor Ministro da Educação. Até porque, os Hospitais de Clínicas de Porto Alegre, Salvador e Campo Grande, por exemplo, já tem cobertura total de suas folhas de pessoal pelo referido Ministério. Façamos então, desta Assembléia Legislativa, uma campanha para que o HC da UFPR seja também beneficiado.

REQUERIMENTO Nº 298

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República; Doutor Pedro Malan, Ministro da Fazenda; Doutora Tahaisa Jansen Pereira, Superintendente Regional da Receita Federal no Estado do Paraná, contendo apelos no sentido de que seja mantida a Agência da Receita Federal, localizada na Cidade de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Santo Antonio da Platina, localizada na Região Norte Pioneiro do Estado do Paraná, é uma cidade pólo, e a sua área territorial é cortada pela BR-153, passando inclusive pela cidade, tornando-se necessária a permanência da Agência da Receita Federal, visto que por esta rodovia passam os veículos de outros Estados do Brasil, que se dirigem aos vizinhos países, principalmente ônibus de turismo que levam pessoas para fazerem compras, principalmente no

Paraguai, o que facilitará a fiscalização.

O fechamento da Agência de Rendas da Receita Federal, prejudicará a maioria dos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro - AMUNORP, cujas populações serão obrigadas a se deslocarem para outras localidades bem mais distantes.

Em anexo, cópia de Requerimento, aprovado pela Câmara Municipal de Santo Antonio da Platina, que inclusive cita o fato de o município já ter assumido o compromisso de construir a sede própria para que seja instalada definitivamente a Agência de Rendas da Receita Federal, e desta forma aquele órgão tenha melhores instalações, e atenda com mais comodidade aos usuários e contribuintes, além de dar melhores condições de trabalho aos seus funcionários.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Parlamentares, queremos contar com a ajuda de todos, num esforço comum, para que aquelas autoridades se sensibilizem, e olhem para a população daquela região, que serão os mais sacrificados, visto que, para resolverem seus problemas, terão que perder dias de serviço, e talvez gastar até o que não podem, porque a nosso ver, a função do serviço público é facilitar e não complicar ainda mais a vida do contribuinte, que paga seus impostos, e não pode ser onerado ainda mais com o fechamento daquele órgão, que pode muito bem permanecer prestando os seus serviços.

REQUERIMENTO Nº 302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de calcário para o preparo da terra, à Associação dos Agricultores da Serra dos Nogueiras, do Município de Irati.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de Posto de Saúde na localidade de Pinho de Cima, Município de Irati.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 055/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor EDSON ARANTES DO NASCIMENTO, conhecido mundialmente por "Pelé" ou "Rei Pelé", eleito recentemente como sendo "O ATLETA DO SÉCULO". Ex-jogador de futebol, tricampeão mundial pela Seleção Brasileira de Futebol, pelo notável feito como atleta profissional, o que tornou sua pessoa como a personalidade brasileira mais conhecida, respeitada e admirada no mundo todo. O que é motivo de satisfação e orgulho para todos nós, brasileiros e paranaenses.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A proposição de conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao "REI PELÉ", o "ATLETA DO SÉCULO", maior jogador de futebol de todos os tempos, é uma justa e merecida homenagem.

O povo brasileiro e nós, paranaenses que estamos inseridos neste contexto, nos sentimos orgulhosos por ser um compatriota nosso, o desportista mais famoso do mundo, havendo recebido várias homenagens em diversos países, considerado um genial jogador de futebol, cujo talento inigualável no trato com a bola, se traduziam em glórias, títulos e alegrias ao nosso País.

De origem humilde - mineiro de Três Corações - "Pelé" iniciou sua brilhante carreira como jogador de futebol na década de 1950, no Santos Futebol Clube, litoral paulista, cuja atuação foi notável, passando a fazer parte da "Seleção Canarinho do Brasil", nas Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, quando da conquista do Tricampeonato Mundial, a Taça JULES RIMET, o primeiro título mundial dessa categoria, organizado pela FIFA.

Por ter se destacado em nosso País e no exterior, "Pelé" se destacou como personalidade internacional. O Brasil passou a ser mais conhecido lá fora, graças ao "REI PELÉ". Tanto é que pessoas indagadas em vários países, o que conheciam sobre o Brasil, respondiam que era o País do "PELÉ", o melhor jogador de futebol do mundo.

Como se tudo isso não bastasse, as conquistas nacionais e internacionais, dando aos brasileiros tantas alegrias, "PELÉ" despertou interesse nos jovens para a prática do esporte, principalmente o futebol. Firmando-se esta modalidade como a principal praticada no Brasil, cujos títulos e glórias não pararam, inclusive somos Tetracampeões mundiais.

Muitos jovens e atuais profissionais do futebol, se espelharam no genial "PELÉ", inclusive em nosso Estado. Quantos garotos adotaram o codinome "PELÉ" e muitos, incentivados à prática desse esporte, deixaram quicá de enveredar para caminhos tortuosos e prejudiciais para a formação de seu caráter e personalidade... O atleta "PELÉ" foi e continua a ser um exemplo de desportista. Ele merece, em vida, as nossas sinceras homenagens e reconhecimento pelo seu grande feito.

Atualmente ocupando a pasta do Ministério Extraordinário dos Esportes, o cidadão EDSON ARANTES DO NASCIMENTO vem desempenhando seu mister em prol do desporto de modo geral. Visando difundir entre os jovens a prática de esportes, destinando recursos, aperfeiçoando e criando leis que protejam e garantam os direitos dos atletas, sob todos os aspectos.

Recentemente, na condição de Ministro, "PELÉ" criou a Lei do "PASSE

LIVRE" do jogador de futebol profissional, após determinado lapso de tempo.

Essa era uma preocupação antiga de "PELÉ", entende ele que acima de tudo, o ser humano deve estar acima do profissional, não devendo ser tratado como mercadoria.

É louvável essa atitude, embora contestada por alguns dirigentes de clubes de futebol, que obviamente tem interesses diversos daqueles.

Portanto, a proposição da concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná, ao nosso "REI PELÉ", personalidade brasileira de maior destaque internacional, pelo grande feito realizado nos campos de futebol e fora desses, continua a representar nosso País no cenário internacional, o que é motivo de orgulho também para nós paranaenses. Esta é uma maneira de agradecer carinhosamente ao genial atleta, que dificilmente teremos outro de seu quilate técnico.

Obrigado, "PELÉ"...

PROJETO DE LEI Nº 056/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra

os costumes, ficarem impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 057/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Sertãoópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficarem impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 058/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Mandaguáçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 059/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Paranavai, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 060/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 061/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a reprimir a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 062/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Colombo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a reprimir a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 063/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Porecatu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a reprimir a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a

maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficarem impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 064/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Marialva, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficarem impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 065/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficarem impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 066/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Ibiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes

tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 067/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Rolândia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante

instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 068/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Cambé, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivada pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos delitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 069/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar pista para a prática de atletismo no Município de Apucarana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever de fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, destinando recursos públicos para a promoção prioritária do esporte amador, tendo como fim a valorização da juventude.

Outrossim, cabe ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programa de construções de instalações desportivas para que a comunidade possa usufruir de uma atividade benéfica que irá afastar, sem nenhuma dúvida, a mocidade dos graves problemas de criminalidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 070/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar pista para a prática de atletismo no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever de fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, destinando recursos públicos para a promoção prioritária do esporte amador, tendo como fim a valorização da juventude.

Outrossim, cabe ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programa de construções de instalações desportivas para que a comunidade possa usufruir de uma atividade benéfica que irá afastar, sem nenhuma dúvida, a mocidade dos graves problemas de criminalidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 071/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar pista para a prática de atletismo no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever de fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, destinando recursos públicos para a promoção prioritária do esporte amador, tendo como fim a valorização da juventude.

Outrossim, cabe ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programa de construções de instalações desportivas para que a comunidade possa usufruir de uma atividade benéfica que irá afastar, sem nenhuma dúvida, a mocidade dos graves problemas de criminalidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 072/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar pista para a prática de atletismo no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever de fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, destinando recursos públicos para a promoção prioritária do esporte amador, tendo como fim a valorização da juventude.

Outrossim, cabe ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programa de construções de instalações desportivas para que a comunidade possa usufruir de uma atividade benéfica que irá afastar, sem nenhuma

dúvida, a mocidade dos graves problemas de criminalidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 073/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar pista para a prática de atletismo no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Estado tem o dever de fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, destinando recursos públicos para a promoção prioritária do esporte amador, tendo como fim a valorização da juventude.

Outrossim, cabe ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programa de construções de instalações desportivas para que a comunidade possa usufruir de uma atividade benéfica que irá afastar, sem nenhuma dúvida, a mocidade dos graves problemas de criminalidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 074/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Torna obrigatória a avaliação e análise técnica, anualmente, dos livros didáticos, a serem adotados nas escolas de 1º e 2º graus, da rede pública estadual de ensino do Estado do Paraná.

1º - A Secretaria de Estado da Educação, cria uma COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS, a cargo da Coordenadoria Estadual de Ensino, composta por professores com graduação e especialização em todas as disciplinas que compõem os currículos do 1º e 2º graus, da rede estadual, a quem cabe avaliar, tecnicamente, os

livros didáticos apresentados pelas editoras. Aqueles em que forem constatados erros de ortografia, gramatical, dados inexatos e de conteúdo, serão automaticamente eliminados.

2º - Somente os livros aprovados pela Comissão Permanente de Análise de Livros Didáticos, poderão ser adotados nas escolas da rede pública estadual de ensino.

Art. 2º - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a manter convênio com as Universidades Estaduais, para a realização da análise técnica em conjunto, caso entenda ser necessário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Os estudantes do 1º e 2º graus da rede pública de ensino do Estado do Paraná, bem como os professores, têm enfrentado problemas com a qualidade técnica dos livros didáticos que utilizam. Em algumas disciplinas, os livros contêm dados inexatos, erros de ortografia e de concordância gramatical em seus textos, bem como de conteúdo de modo geral.

As editoras colocam anualmente no mercado uma série de livros didáticos, sem que haja, por parte do poder público, uma análise minuciosa de todo seu conteúdo. Necessário se faz que o interesse comercial não se sobreponha ao interesse do aprendizado correto do nosso estudante.

Portanto, não basta o esforço do aluno e do professor, se muitas vezes o material didático utilizado contém erros e falhas, causando confusão ao educador e educando.

A escolha dos livros didáticos deve ser criteriosa, adotando-se os que forem aprovados tecnicamente e desprezando-se os que não preencherem os requisitos, de conformidade com cada disciplina e currículo.

Considerando-se que a boa e correta educação da nossa juventude é a base principal para alcançarmos um maior desenvolvimento, devemos tratar desse assunto com carinho e atenção.

Só através dela podemos vislumbrar um futuro promissor.

PROJETO DE LEI Nº 075/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública Estadual a Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, com sede e foro no Município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, é uma instituição voltada a prestação de serviços sociais, de acordo com seu Estatuto, atendendo a população carente de Imbituva e região.

O atendimento médico se restringe em Clínica Geral, sendo possível atos cirúrgicos de pequeno e médio portes.

A instituição mantém um serviço de educação quanto à higiene e amamentação, extensiva aos familiares dos pacientes, por profissionais do setor, controle de infecção hospitalar e reuniões periódicas de atualização com o corpo de funcionários.

Apesar de várias dificuldades, a Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, nunca suspendeu suas atividades, dando atendimento justo e por igual aos necessitados.

Frente a estes fatos e aos documentos em anexo, faz-se a solicitação de declaração de Utilidade Pública da Santa Casa de Misericórdia de Imbituva.

PROJETO DE LEI Nº 076/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através da Secretaria do Esporte e Turismo, o "CENTRO REGIONAL DE ESPORTE E LAZER", no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei, pretende a criação de um centro regional da Secretaria de Esporte e Turismo na Cidade de Francisco Beltrão, para ampliação de ações vinculadas ao esporte, lazer e turismo, priorizando-se o processo de descentralização, com a competência (Decreto nº 697, de 28.04.95, Capítulo IV, Seção I) para:

I - a prestação de assistência técnica aos municípios sob sua jurisdição, no desenvolvimento da política e planos municipais de esporte e lazer;

II - o assessoramento em programas e projetos específicos, através da inter-relação ou apoio às iniciativas intermunicipais na área do esporte e lazer;

III - a coleta de informações de caráter regional de interesse para a avaliação e o controle das necessidades da 'Paraná Esporte';

IV - a articulação com os responsáveis por projetos da área de esporte e lazer, para atendimento das necessidades municipais;

V - o apoio logístico e técnico aos cursos, seminários, debates e atividades assemelhadas, realizadas pela 'Paraná Esporte', na região;

VI - o apoio aos eventos esportivos e de lazer realizados na região, com prioridade para os que forem promovidos pela 'Paraná Esporte';

VII - o apoio técnico e logístico para o desenvolvimento e implantação de Centros de Excelência, prioritariamente em conjunto com as instituições de ensino superior;

VIII - a programação e o acompanhamento das necessidades financeiras para o desenvolvimento das atividades previstas;

IX - o desempenho de outras atividades correlatas."

Francisco Beltrão como cidade pólo, apresenta importância e potencial esportivo, que perfeitamente justificam a instalação deste escritório, que permitirá atendimento aos Municípios de: Ampére, Bela Vista

da Caroba, Barracão, Bom Jesus do Sul, Boa Esperança do Iguaçu, Capanema, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Marmeleiro, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pérola do Oeste, Planalto, Pinhal do São Bento, Pranchita, Realiza, Renascença, Santo Antonio do Sudoeste, Salto do Lontra, São Jorge do Oeste, Salgado Filho, Santa Izabel do Oeste.

A criação de mais este centro de esporte e lazer, somados aos nove já existentes no Estado, permitirá a descentralização da Pasta, dinamizando ainda mais as ações do Governo no interior.

PROJETO DE LEI Nº 077/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, em caráter excepcional, máquinas, veículos pesados e equipamentos do DER que se acham em posse dos Municípios dos Estado do Paraná, por força de autorização de qualquer natureza, que caracterize cessão de uso, independentemente da condição e estado de conservação dos mesmos.

Parágrafo Único - A doação será efetivada para os casos de posse anterior a 31.12.94 e abrangerá apenas os bens com mais de 10 (dez) anos de fabricação.

Art. 2º - Os municípios que receberem doações em virtude de autorização conferida pela presente lei, não poderão receber do DER qualquer outra que envolva bens permanentes dessa natureza, ainda que inservíveis, pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor a partir de sua publicação, mantidas as disposições da Lei Estadual nº 7.867/84.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo propiciar ao Governo do Estado a solução de uma pendência que envolve Estado e Municípios. No curso dos anos, máquinas, veículos e

equipamentos recolhidos ao depósito do DER pelo mau estado de conservação, foram cedidos a municípios diversos que os reformaram para permitir sua utilização.

Ocorre que, na época da cedência, não havia o termo de inservível, fator essencial para a doação, e, após a reforma procedida pelas Prefeituras, não se caracteriza a inservibilidade, o que exige lei específica para a doação.

Como o presente projeto beneficia em caráter geral a todos os enquadramentos pelo mesmo fato e estipula uma data anterior a sua apresentação para habilitar possíveis interessados, julgamos cumprir com as exigências do processo legislativo e abrir um caminho para uma solução que interessa a ambas as partes.

PROJETO DE LEI Nº 078/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É obrigatória a inscrição da frase **"DIGA NÃO ÀS DROGAS"** em todos os materiais escolares a serem utilizados nas escolas de ensino de 1º e 2º graus do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para cumprimento do disposto no art. 1º da presente lei, a Secretaria de Estado da Educação baixará as normas que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A preocupação constante da sociedade em eliminar do meio de suas famílias o perigo das drogas tem sugerido muitos procedimentos didáticos para alcançar tal objetivo.

Nada mais importante é a lembrança diária aos adolescentes em idade escolar de que a droga é um mal, muitas vezes irreversível. E a frase **"DIGA NÃO ÀS DROGAS"** é uma lembrança constante, uma repetição diária daquela palestra que a escola lhes deu num determinado dia, esplanando sobre

o perigo que as drogas trazem a seus dependentes.

Se o Ministério da Saúde teve preocupações com os fumantes, ao ponto de difundir mensagens a cada propaganda de cigarro, alertando sobre as consequências do fumo, nada mais importante também a presente lei, que estabelece a obrigatoriedade da publicidade da frase **"DIGA NÃO ÀS DROGAS"** em todos os materiais a serem utilizados pelos alunos nas escolas do Estado do Paraná.

Caberá à Secretaria de Estado da Educação baixar uma resolução estabelecendo normas para o cabal cumprimento da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 079/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a "Comunhão Espírita Cristã" com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A "Comunhão Espírita Cristã" a que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi constituída com a finalidade de promover a realização de atividades da educação e ensino profissionalizante; assistência materno-infantil às pessoas carentes; assistência social e espiritual; estudo e divulgação da doutrina Espírita codificada por Allan Kardec, entre outros.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, o devido apoioamento para aprovação deste Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 080/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 11.493, de 22 de junho de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Bela Vista da Caroba, com sede na localidade de Bela Vista, desmembrado dos Municípios de Pérola do Oeste e Pranchita, com as seguintes divisas e confrontações:

1. Com o Município de Ampére:

Inicia na foz do Lajeado Bonito no Rio Capanema, sobe por este até encontrar a foz do Rio Alegre.

2. Com o Município de Pranchita:

Inicia no Rio Capanema na foz do Rio Alegre, sobe por este até encontrar a Estrada que liga Vista Gaúcha à Fonte Bela, segue por esta na direção geral Oeste até defrontar a cabeceira de um afluente do Córrego Macaco, deste ponto segue por uma linha reta e seca até a cabeceira do citado afluente, desce por este até sua foz no Córrego Macaco, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar a cabeceira da Sanga do Mato, desce por este até sua foz no Arroio Tateto, desce por este até sua foz no Lajeado Grande.

3. Com o Município de Pérola do Oeste

Inicia na foz do Arroio Tateto no Lajeado Grande, desce por este até a foz do Córrego Tateto, sobe por este até sua cabeceira na Estrada que liga Bela Vista à Esquina Gaúcha, segue por esta na direção geral Noroeste até defrontar a cabeceira da Sanga Laranjal, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Leste até a cabeceira da Sanga Laranjal, desce por este até sua foz no Lajeado Gauchinho, desce por este até sua foz no Córrego Gaúcho, desce por este até sua foz no Lajeado Bonito, desce por este até sua foz no Rio Capanema."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência tem a honra de convidar o Presidente da Associação OAB do Paraná, Presidente Alfredo de Assis Gonçalves Neto, que vai à

tribuna para dirigir convite aos Senhores Deputados.

Concedo a palavra ao Doutor Alfredo.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, autoridades presentes, membros e coordenadores do Movimento "Reage Brasil".

A Ordem dos Advogados do Brasil - através da minha pessoa - faz-se aqui presente, para externar um convite aos Senhores Deputados e à comunidade curitibana, paranaense de modo geral, para que aqui compareçam, sexta-feira, dia 14, 19:00 horas, quando haverá um ato público contra a privatização da Vale do Rio Doce na linha do entendimento que vem sendo sustentado pelo Conselho Federal da OAB e com o apoio das mais expressivas lideranças da sociedade civil brasileira.

Nesse ato aqui estarão presentes autoridades locais e também nacionais, certamente contaremos com a presença do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Ernando Lima que, semana passada teve a iniciativa de propor uma ação direta de inconstitucionalidade contra o Decreto que determinou a privatização da Vale do Rio Doce. Assim quando, mais não fosse, por iniciativas próprias já tomadas pela OAB, este ato reveste-se de inteiro interesse da cidadania nacional. E é exatamente por isso que conclamo os Senhores Deputados e também as suas lideranças, para que concitem os nossos cidadãos, a fim e que se conscientizem da grande ameaça que está ocorrendo contra o patrimônio nacional, nesta tentativa de privatização de uma companhia que, seguramente, envolve um patrimônio do qual o povo brasileiro não pode dispor.

E é exatamente esta a razão da minha presença aqui, e agradeço a atenção dos Senhores Deputados, das autoridades presentes e dos membros da Mesa, esperando que prestigiem esta evento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Agradecemos a presença do Doutor Alfredo de Assis Gonçalves Neto, e também ratificamos o convite de Sua

Excelência, feito aos Senhores Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa e gostaria de pedir o apoio de Vossas Excelências para três Requerimentos ao Governo Federal - respectivamente aos Ministros da Educação, Administração e da Saúde - pedindo o apoio, com a máxima urgência, a estas autoridades, para um dos problemas mais graves que estamos enfrentando aqui no Estado - e não é de agora - que é o problema do Hospital de Clínicas aqui de Curitiba.

Todos sabemos o que representa o Hospital de Clínicas para Curitiba, Região Metropolitana e para o Paraná, como um todo. Assim como sabemos o que representa o Hospital Universitário de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa, para as suas respectivas regiões, conhecendo de perto as dificuldades que esses hospitais-escola vêm enfrentando e, mais especificamente, o HC, que é ligado ao Governo Federal, e mesmo sabendo que é um Deputado Estadual, não cabe muito mais do que temos procurado fazer, a não ser bradar, clamar, denunciar, apelar, pedir humildemente... É que estamos aqui novamente para encaminhar com a maior urgência esses expedientes à Brasília, para evitar que na semana que vem o Hospital das Clínicas tenha fechado, por falta de condições objetivas, o serviço de atendimento ambulatorial para a população carente da Capital do do interior do Estado.

Tenho estado com alguma frequência em visita ao Hospital das clínicas e tenho observado que é um verdadeiro descaso o que o Governo Federal vem fazendo com aquela instituição hospitalar. Exemplo de eficiência é o Hospital de Clínicas. Modelo de atendimento e de qualidade de serviços prestados à população do Paraná, do Brasil e até internacionalmente através do serviço de transplante de medula óssea, que é modelo para a América Latina.

E não é possível que uma instituição como esta, vive mendigando, dependendo de migalha, de favores da sociedade e do Governo Federal.

E nós aqui, não temos outra maneira de nos indignarmos com esta realidade, a não ser fazendo o que estamos fazendo neste momento.

Alguns meses atrás, por deferência muito especial do nosso querido Presidente Deputado Anibal Khury, o Doutor Mário Sérgio Cerci esteve aqui, ele é o Diretor Geral do Hospital das Clínicas, colocando a realidade da instituição hospitalar que dirige.

Na oportunidade, uma Comissão foi à Brasília. Na época, apelamos aos Ministros da Previdência, da Saúde e da Educação, e praticamente quase um ano desta data já se passou e até agora não temos uma solução definitiva para esse problema.

O que é que pede, Senhor Presidente, o Hospital de Clínicas de Curitiba? Pede que o Ministério da Educação, a cujo órgão ele é ligado e subordinado, dê a ele o mesmo tratamento que historicamente tem dado ao Hospital das Clínicas de Salvador, de Porto Alegre, de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul; qual seja, em assumir o compromisso de saldar, pelo menos, o pagamento da folha de pessoal.

Atualmente, o Ministério da Educação banca 50% apenas da folha de pessoal do Hospital de Clínicas. Com isto, obriga o Hospital das Clínicas a buscar recursos não se sabe onde, para suprir os outros 50% e não tem sido possível.

Se isso não bastasse, é o Hospital que vive exclusivamente do SUS, depende única e exclusivamente do Ministério da Saúde, e o SUS, além de pagar pouco, paga muito atrasado. Então, não é possível uma empresa hospitalar - mesmo sendo ela um hospital-escola - conseguir sobreviver com uma condição de receita como esta.

Então, o que queremos, é que o Ministério da Educação, a exemplo do que faz com outros Estado, assuma a integralidade da folha de pessoal do Hospital das Clínicas. E, que também o Ministério da Saúde pague os seus débitos para com o Hospital das Clínicas, débito de 6 milhões de reais. Há mais de um ano, Senhor Presidente, que existe este débito, e o Ministério da Saúde - em que pese nós, povo brasileiro, estarmos pagando

mais uma vez um imposto, que é o CPMF - o Ministério da Saúde não resolve esta pendência para com um dos Hospitais mais importantes da Região Sul deste País.

Então, quero pedir o apoio dos meus colegas a estes três Requerimentos, e pedir encarecidamente a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que tem demonstrado muita preocupação com a questão do Hospital das Clínicas, que este expediente seja encaminhado com urgência urgentíssima às autoridades a que me referi. Para que elas possam se sensibilizar e resolver em definitivo esta questão que aflige a população pobre do nosso Estado. Somente as pessoas pobres é que se valem do Hospital das Clínicas. Não vejo uma pessoa abastada - a não ser no Setor de Transplante de Medula Óssea, porque se não fosse assim também, evidentemente aquele setor não teria condições de funcionamento.

Portanto, temos que fazer alguma coisa! Além destes Requerimentos, gostaria de fazer aqui uma sugestão, mais uma vez, Senhor Presidente Anibal Khury, apelar à vossa sensibilidade, no sentido que designe uma Comissão de Deputados para que, com a máxima urgência, vá a Brasília conversar com as nossas Lideranças na Câmara e no Senado, para pedir a estas Lideranças a intercessão urgente, imediata, rápida, junto aos Ministérios da Educação, da Saúde e da Administração, no sentido de vermos solucionado, de uma vez por todas, este problema gravíssimo que os Hospital das Clínicas, ou seja, a população pobre do nosso Estado do Paraná está enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado José Maria com a palavra.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna, nesta tarde, são duas questões. A primeira, é um Requerimento que apresento a esta Casa, no sentido de que seja aprovada a designação de um Delegado Especial para a Comarca de Ibiporã, para que acompanhe com isenção e com celeridade o fato ocorrido no último dia 09 de março, domingo à tarde, onde o cidadão Idalécio Bueno, empresário, homem com

passagem na vida política local, teve a sua vida posto um fim, quando ainda sob custódia da Polícia Militar do Estado do Paraná, do Destacamento do 5º Batalhão de Polícia, cediado em Londrina. Esse cidadão, na presença da sua esposa e dois filhos, se viu algemado, colocado num camburão sob tortura, irem até a Delegacia, momento em que o retiraram - já sem vida - do camburão da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputado, preciso contar com o apoio na aprovação deste Requerimento e na celeridade, Senhor Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para que tenhamos a designação deste Delegado Estadual para acompanhar sem isenção, e possamos apurar - no menor tempo possível - a responsabilidade, pois uma cidade pacata, uma cidade tranqüila, não pode ver um dos seus filhos sendo assassinado pela polícia e ninguém fazer nada.

O Estado, a Secretaria da Segurança, que têm deixado a desejar por este Paraná afora, precisa reagir com rapidez, para que seja resgatada a normalidade, e possamos passar a confiar no Estado, e entender no Estado um elemento da segurança da pessoa, da vida e do patrimônio. É por esta razão que apresento a esta Casa este Requerimento, e aguardo a aprovação, para que mais filhos e mais esposas não se vejam sobressaltados nas mesmas condições em que se viu a família de Idalécio Bueno, saindo de uma passeio tranqüilo, teve a desdita de encontrar a morte bem próximo da sua residência.

Sete policiais para prender um homem, tiveram que algemá-lo, surrá-lo, ao ponto de ir a óbito por asfixia. É grave e precisamos que esta Casa se manifeste, para que não tenhamos pelo interior do Paraná, outras situações iguais.

É o registro, Senhor Presidente, e atendendo a sua solicitação, o Deputado Alborghetti tem o aparte.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Após eu terminar o programa de televisão...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Só para não interrompê-lo, mas já interrompendo, fui informado que Vossa

Excelência fez uma cobertura no seu programa policial, hoje pela manhã, bastante sucinta - porém completa - a respeito do episódio.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Uma criança, Deputado, não mente.

A criança, filho do empresário e pastor, não mente. Criança não mente e fez chorar a minha esposa e me arrepiou, inclusive, foi o depoimento da criança, porque ele assistiu o assassinato do pai, cometido por três policiais militares. Como eu disse, não importa se ele foi candidato a Vice-Prefeito de Pororoca ou de quem quer que seja. Lembra-se, o senhor foi Prefeito, deu uma demonstração de coerência como Prefeito, na sua primeira candidatura, estive no palanque com Vossa Excelência, ganhávamos as eleições em Ibiporã. Então, não importa. O que importa é que ele vinha devagar, com o carro quebrado, na rodovia, comendo chocolate. O policial passou, ficou enervado porque ele estava devagar, o fez descer - isso, depoimento da criança. Bateu na cara dele - é duro um pai apanhar na frente dos filhos - e a esposa foi à procura de Vossa Excelência e de outras autoridades do município, e aí, ele foi levado ao Comando.

No Comando, quando a mãe se dirigiu à Cidade de Ibiporã à procura de socorro, o filho mais velho viu o pai ser assassinado da seguinte maneira: (a minha fita foi requisitada agora, porque o depoimento dessa criança vai servir nos autos). Veja bem, Deputado José Maria, o menino me contou o seguinte: deram pontapés com coturno na cabeça, esmagaram o peito, as pernas, os braços. A única parte que ficou dura foi o pescoço. O resto estava totalmente quebrado. Uma criança não mente, e espero que o Coronel Lara, 99,9% da nossa Polícia Militar - pelo pouco salário que ganha - ainda é um exemplo de dignidade para as demais polícias brasileiras, mas existe 1% dentro desta Polícia que deveria ser banida, ser extirpada. É um cancro que rasga a Constituição do nosso Estado, rasga o Hino do Paraná, rasga a Bandeira do Paraná e não podemos permitir que esses assassinos, ao invés de proteger a família,

continuem assassinando a família brasileira do Paraná.

Conte com meu apoio. Votarei com Vossa Excelência. Se Vossa Excelência tiver dois votos, um é o meu e o outro, o seu.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Muito obrigado, Deputado e, por incrível que parece, quando se fala que há necessidade de fazer uma reestruturação na Polícia Militar do Estado do Paraná, é de suma importância e ela tem um dado. Conheço o policial e não é homem que se possa dizer com traços de violência, mas me parece que ganha consciência coletiva quando três ou quatro se juntam para massacrar um homem indefeso. Olha, diante disso, acho que precisamos fazer uma revisão no aparato policial, para que nossas famílias e a sociedade estejam sob a proteção da polícia e do Estado e não sejam suas vítimas de algozes.

Segundo assunto: trago também com uma certa preocupação, a leitura que faz aqui o nosso professor de Economia Política e Aplicada à Área Pública da Universidade Federal do Paraná, o economista Demian de Castro. No último domingo, dia 09, através da "Gazeta do Povo", na página de Economia, ele faz um retrospecto da situação econômica do Estado do Paraná e revela algumas preocupações, e estas preocupações têm muito a ver com esta Casa, porque trata-se da capacidade de endividamento que hoje está a viver o Paraná, onde alega, nos seus estudos dos últimos dez anos: "Perdeu-se a capacidade de investimento e só existe uma forma de repensar a gestão da área pública". É um estudo que merece a atenção dos Senhores Parlamentares, para que tenhamos até, uma mais detida e comedida decisão na hora de votarmos qualquer tipo de endividamento, qualquer tipo de comprometimento futuro das finanças públicas do Estado do Paraná.

Reconhecemos as dificuldades econômicas pelas quais passam o setor público à nível nacional, não escapa ninguém, mas precisamos nos antecipar e procurar fazer com que o Estado do Paraná também não viva a situação de debalde que vivem outros Estados, porque este nunca foi o caminho e

nunca foi a tônica do Estado do Paraná.

Entendo que o artigo "Dívidas do Paraná voltam a preocupar economistas" é um alerta a esta Casa e à sociedade paranaense, que o emérito professor faz, através do seu trabalho na análise dos últimos dez anos:

(Lê):

"Dívidas do PR voltam a preocupar economistas"

Professor da Universidade Federal do Paraná diz que a luz de alerta está acesa e que é preciso repensar a gestão dos recursos

'Temos indícios de que o endividamento do Paraná tem se tornado novamente preocupante e de que as finanças públicas do estado estão contraindo desequilíbrios nos últimos meses'. O alerta foi feito pelo professor de Economia Pública da Universidade Federal do Paraná, Demian Castro, durante palestra no Sindicato dos Engenheiros. Diante disso, o professor acredita que o governo deve ficar em situação de alerta, 'acendendo uma luz vermelha para repensar o ritmo da gestão'.

As consequências principais deste processo, segundo o professor, são a redução da capacidade de investimentos do estado, o que terá reflexos, sobretudo, na área social, além de uma dependência maior do estado em relação ao governo federal, no sentido de que sejam repassados recursos. O professor ressaltou que esse cenário só poderá ser confirmado com a divulgação do balanço do estado, referente a 1996, pelo Tribunal de Contas.

Região Metropolitana

Demian recebeu informações segundo as quais, a partir do Plano Real, a receita do estado teria praticamente dobrado e ao mesmo tempo houve um maior endividamento, favorecida pela existência de um cenário nacional propício. Paralelamente a este quadro de endividamento, ele citou o crescimento dos problemas sociais, o que pode ser visto principalmente na Grande Curitiba, com crianças de rua, desemprego. 'Cada vez mais a Região Metropolitana de Curitiba se parece com outras regiões metropolitanas do Brasil, com suas vantagens e desvantagens. Cada vez mais Curitiba é

Brasil', comentou. Ele lembrou que este processo é consequência dessa corrida, 'até selvagem' por investimentos.

Por outro lado, Demian Castro está certo que o Paraná pode reverter esse quadro, que tende a ficar cada vez mais grave. 'É um estado bem sucedido, que não tem o passado de regiões onde as populações foram tratadas de forma selvagem. Tem também uma indústria que está se solidificando, uma agroindústria bem instalada, experiência em exportação. Mas para que o Paraná cresça e evite os problemas sociais, a condição essencial é administrar bem o endividamento'.

Equilibradas

O professor Demian estudou, pelo período de dez anos (1987/1994), as finanças públicas do estado. Neste período, foram analisados dois governos completos (Álvaro Dias e Roberto Requião). Segundo ele, no começo do período as finanças estavam desequilibradas, com muitas dívidas que comprometiam a capacidade de investimento do estado. Por isso, foi desenvolvido um grande esforço de ajuste para mudar essa situação (87/90), num período difícil economicamente, com inflação alta. Nesta fase, foi seguida também uma agenda de investimentos, mas de forma limitada. O resultado foi que as finanças foram entregues ao atual governo razoavelmente equilibradas, com dívidas bem equilibradas, pois os estoques de dívidas antigas foram eliminadas.

Uma coisa que chamou atenção na pesquisa foi o padrão de investimentos, razoavelmente bom, na área social (especialmente saúde e saneamento), comparado a outros estados do Brasil. Ele informou que as funções sociais, em relação a funções econômicas, tiveram destinação de recursos acima de 40% do total. Lembrou que em muitos estados brasileiros estes investimentos são muito pequenos, citando o exemplo mais próximo, do Rio Grande do Sul, que já foi considerado praticamente quebrado, com investimentos muito reduzidos na área social.

Analisando especificamente os municípios, o professor encontrou uma situação bastante contraditória, com

cidades ricas e outras que estão arriscadas ao esvaziamento, se não tiverem uma política adequada. Ele lembrou que, com a reforma de 1988, os municípios tiveram uma maior arrecadação, pois receberam mais recursos de impostos, mas também estão gastando mais."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o nobre Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente Anibal Khury, seja bem vindo a esta Casa de Leis, depois da sua viagem ao exterior para tratamento de saúde.

Senhores Deputados, tomei conhecimento neste domingo que passou, de um documento que foi enviado ao Senado Federal, à CPI dos Títulos Públicos, enviado daqui de Curitiba, dando conta de alguns detalhes de operações que foram realizadas pelo Banco do Estado do Paraná, em especial a BANESTADO Leasing, evidenciando aos Senadores os problemas que estão acontecendo no Banco do Estado do Paraná. Este documento, se a informação não me é errada, foi enviado ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner pelo Senador Roberto Requião, o documento trata das irregularidades acontecidas na BANESTADO Leasing, que chegou a um total de 300 milhões de reais. A primeira operação, em maio de 1995, à taxa elevadíssima para favorecer compradores - segundo o documento, o acerto de bastidores - TR + 24% + 4,5% de comissão para corretores de São Paulo, para o lançamento dos títulos. Se atentarmos para o documento e o porquê da importância dele para a CPI do Senado, quem agenciou, quem fez o processo de agenciamento desses Títulos no mercado financeiro, foi a Corretora chamada "Boa Safra" de São Paulo, de propriedade de Fausto Solano Pereira, que é genro do Presidente do Grupo BRADESCO, Lázaro Brandão.

Como todos sabem, a Corretora Boa Safra, está envolvida no lançamento de Títulos Precatórios do Estado de Alagoas, do Espírito Santo da Prefeitura de Osasco e Campinas, e do Estado de Santa Catarina. Esta mesma Corretora, do senhor Fausto Solano Pereira, que intermediou e

colocou no mercado as "debêntures" da BANESTADO Leasing. o documento vai além, declinando nomes de pessoas, de funcionários do Banco do Estado em relação as outras duas operações que foram buscar no mercado mais de 200 milhões de reais. O documento ainda faz acusações pesadas a Diretores do Banco do Estado, revelando todo um processo de disputa no interior da corporação, de pessoas do Banco que eram contrários a essas operações, foram destituídas e outras que tomaram o seu lugar para fazer com que essas operações fossem viabilizadas pelo BANESTADO Leasing.

O documento vai além ainda: relata com detalhes, cita com detalhes valores que estariam sendo destinados à contas no exterior, provenientes de lucros com essas operações com a BANESTADO Leasing, que seria apropriada indebitamente, por funcionários do Banco do Estado, que mantém conta e alguns empreendimentos na Cidade de Curitiba e no exterior, possíveis de comprovação, de acordo com a quebra do sigilo bancário. Esse documento vai além ainda, revela a operação montada pela Direção do Banco do Estado do Paraná e o último semestre de 96, onde trata da maquiagem do orçamento, do balanço do Banco do Estado do Paraná, no último semestre que providenciou um lucro de 12 milhões de reais, quando na realidade - segundo o documento - o prejuízo do Banco do Estado do Paraná, no último semestre é orçado perto de 244 milhões de reais.

O documento relata as operações que foram feitas...

O Sr. Horácio Rodrigues - Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. ANGELO VANHONI - Será concedido na sequência ao ilustre Deputado Horácio Rodrigues.

O documento relata as operações que foram dirigidas pela Diretoria do Banco, com o objetivo de maquiar o Balancete do BANESTADO, para provisionar um lucro e 12 milhões, quando o real seria o prejuízo de 244 milhões de reais. Após isso, tem um documento escrito, que não é um relato de nenhum documento, mas que o denunciante declinou o nome, e esse

documento é passível e ser... Neste documento, entregue ao Governador do Estado do Paraná, tem uma solicitação muito clara - e acho que é de interesse de todos nós aqui, da Assembléia Legislativa. Todas as informações contidas neste documento - o denunciante afirma - estão contidas na auditoria elaborada pelo Banco Central do Brasil, elaborada junto ao Banco do Estado do Paraná e BANESTADO Leasing, e comportam no relatório final do Auditor, Senhor Doutor Aguiar, Auditor do Banco Central. Além disso, reporta auditoria própria do Banco do Estado do Paraná para confirmação destes números e dessas operações e das informações contidas neste documento.

Reputo, Senhores Deputados, como um documento de uma gravidade muito grande para o Banco do Estado do Paraná, para todos nós, porque traz aqui informações desconhecidas por nós até agora revelando, talvez, uma série de operações irregulares que vêm acontecendo dentro do Conglomerado do Banco do Estado do Paraná, que em última análise, se essas operações, independente delas terem qualquer regularidade do ponto de vista ético, do ponto de vista moral da conduta do homem público, mas se causaram prejuízo do ponto de vista financeiro pela opção de mercado deste tipo de operação, está trazendo um prejuízo para todos os paranaenses, porque o Banco do Estado do Paraná, nos últimos dois anos e, fundamentalmente nesse último ano, quando apresenta agora uma carta de compromisso ao Banco Central, solicitando que dê aval a uma série de atitudes que a diretoria do Banco vai tomar, propondo uma série de reajustes administrativos no Banco, que tem como espinha dorsal uma única vertente, a diminuição do salário dos funcionários do Banco do Estado do Paraná e, além disso, uma Carta Compromisso na ordem de 2.600 funcionários do Banco do Estado, que estarão sendo demitidos até novembro de 1998. Estes números estão dentro da Carta Compromisso, levada pelo Presidente do Banco do Estado, Domingos José M. Ramalho, ao Presidente do Banco Central, conforme divulgada pelo jornal "Gazeta do Povo" há questão de 25 dias atrás.

Fico me perguntando: será que o Governador do Estado, será que nós, da

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, preocupados neste momento com a geração de empregos, porque a crise que o nosso País atravessa, a crise que o setor produtivo atravessa na busca de gerar renda, na busca de gerar empregos, será que a Assembleia Legislativa do Paraná não terá, não vamos, no mínimo, nos indignar, quando 2.600 funcionários do Banco do Estado que percebem um salário médio na ordem de 670 reais por mês, estão à beira da demissão pagando a conta, na realidade, de operações - que não quero nem afirmar e nem deixar sob suspeita - que são irregulares do ponto de vista ético, mas operações que nestes dois últimos anos trouxeram prejuízo na ordem de 240 milhões para o Banco do Estado do Paraná?

Será que quem vai pagar o preço destas operações mal feitas, sem uma rentabilidade, sem uma garantia real de retorno, serão os funcionários do Banco do Estado do Paraná, com a redução de salário, com a demissão? Será que é este o custo que temos que aceitar por operações que não estão sendo explicadas convincentemente para a opinião pública e aqui, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná?

Já solicitamos ao Líder do Governo, Valdir Rossoni, que nos trouxesse informações a respeito dessas operações com o Secretário das Finanças, porque o Secretário das Finanças tem que ter estas informações todas, porque ele é o Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná. O Doutor Miguel Salomão detém todas as informações a respeito das operações efetuadas dentro do Conglomerado do Banco do Estado do Paraná. E me desculpe o Líder do Governo, prezado amigo Deputado Valdir Rossoni, mas estas informações até agora não chegaram à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Tenho visto na imprensa que o Governador do Estado tem propugnado, tem determinado que auditorias estão sendo feitas, averiguações estão sendo feitas, mas gostaria de chamar a atenção dos nobres colegas, é uma atribuição nossa, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, requerer estas informações e fiscalizar a atitude do Executivo

perante a população do Estado do Paraná.

E não temos tido uma única sequer informação a respeito do lançamento das debêntures pela BANESTADO Leasing, a respeito do balanço do Banco do Estado. Já vim aqui nesta tribuna, já polemizei a respeito das demissões dos funcionários, já polemizei a respeito da reestruturação administrativa, e fico surpreso porque até agora estava entendendo - e o Deputado Valdir Rossoni é testemunha disso e outros Deputados - que quando o Presidente do Banco do Estado veio aqui na Presidência e conversou com as Lideranças, eu me surpreendo, porque a minha fala - naquele dia, naquele momento, sequer fez menção a qualquer grave irregularidade no Banco do Estado - foi no sentido de um entendimento das dificuldades macro que passa o Banco do Estado do Paraná, em função do ajuste da moeda no nosso País. Mas hoje, Deputado Valdir Rossoni, me confesso surpreso e indignado ao saber que essas operações estão sendo questionadas do ponto de vista pelo documento, pelas denúncias que estão sendo formuladas, que operações do Banco do Estado estão sendo questionadas do ponto de vista da sua liquidez, da rentabilidade, e mais ainda, estão sendo questionadas do ponto de vista da conduta ética dos administradores públicos que estão à frente dos negócios do Banco do Estado do Paraná.

Então, fico me perguntado: como é que a Diretoria do Banco, como é que o Governo do Estado do Paraná, que está fazendo um empenho para atrair novos empregos, está propugnando a geração de novos empregos com a implantação da Chrysler, agora na quinta-feira terá uma solenidade no Palácio Iguaçu com o Presidente da Chrysler, onde será lançado o protocolo de construção de uma fábrica que vai gerar 500 empregos, 600 empregos aqui na região de Campo Largo. E me pergunto uma coisa: o Governo do Estado do Paraná assiste uma série de denúncias a respeito do Banco do Estado do Paraná, e está prevista a demissão de 2.600 funcionários para fazer o enxugamento da despesa administrativa neste ano, de cinquenta milhões, e no ano de vem

em cinquenta e um milhões com estes corte pretendidos pelo Banco, são um total de cento e dois milhões que o Banco pretende economizar. Mas, a soma aqui, só de dois lançamentos de debêntures, orçam duzentos milhões de reais, e a denúncia é de que há várias operações da carteira do BANESTADO Leasing, que tem um total de 650 milhões de reais a mais nestes dois anos, porque quando terminar o ano de 94, Deputado Duílio Genari, a BANESTADO Leasing estava com 250 milhões na sua carteira de operações, passou nestes dois anos...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Vossa Excelência continuará falando no Horário do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Muito obrigado. Passou nesses dois anos a 650 milhões a mais, tem um total da sua carteira, hora, de 850 milhões. Segundo as informações que correm dentro do Banco do Estado, é que o Banco Central solicitou à direção do Banco do Estado que colocassem crédito-liquidação perto de 180 milhões de reais, e se colocasse esses 180 milhões de reais, o Banco estaria, na realidade, perto de uma intervenção de acordo com o modelo de análise do Banco Central. Por isso, uma grande maquiagem no Balanço do Banco do Estado, quando o Estado do Paraná, com o dinheiro dos contribuintes do Estado todo, através do Fundo de Desenvolvimento Estadual, compra a carteira dos passivos do Banco do Estado, isto é, a dívida do BADEP, a dívida do Atala, créditos que o Banco não consegue cobrar, mas foram repassados num total de 238 milhões, para o Fundo de Desenvolvimento do Estado, o Fundo que é de todos os paranaenses.

Fico me perguntado, Deputado Valdir Rossoni, como é que vamos dizer para os funcionários do Banco do Estado do Paraná, que são perto de treze mil funcionários: "façam sacrifício". Eu estava disposto e até fui numa assembléia agora, há duas semanas atrás, de que é possível fazer um esforço para alavancar o Banco, se for necessário, doar uma parte do salário, porque entendemos que é preciso defender o Banco público, é preciso que o Estado do Paraná tenha

esse instrumento para agilizar o desenvolvimento econômico lá no interior do Estado. Lá, onde o pequeno agricultor precisa comprar um pequeno arado; onde ele precisa montar uma pequena farmácia na cidade do interior; onde ele precisa comprar um pequeno instrumento para o seu trabalho. E o Banco do Estado serve para isso: captar dinheiro da sociedade e repassar para gerar emprego e renda na sociedade. Este é o papel do Banco público. Não visa só lucro, só as grandes operações financeiras. Ele tem uma função social muito grande.

Como é que qualquer um de nós pode chegar para os funcionários do Banco do Estado, depois de todas estas denúncias e dizer o seguinte: "façam um sacrifício, porque a Diretoria do Banco é competente, honesta; não está fazendo nada de errado; está conduzindo bem os interesses públicos do Estado do Paraná, aqui no Banco do Estado do Paraná".

É preciso uma resposta a estas situações. Não podemos entender mais que isto seja, simplesmente, como alguns pretendem colocar, como jogo de oposição contra situação. Irregularidades estão acontecendo, e precisam ser investigadas.

Antes de conceder aparte a Vossa Excelência, quero dizer que, diante destas informações, de que o Banco do Estado comprou duzentos e setenta e quatro milhões de títulos do Estado de Pernambuco, do Estado de Santa Catarina, da Prefeitura de Campinas, do Estado de Alagoas, e da Prefeitura de Osasco, e comprou estes títulos pelo valor de face. E todos sabemos, quando o Banco de Pernambuco vendeu esses títulos, deu um deságio de 35%. E, depois - estamos sabendo, porque a imprensa está noticiando no Brasil inteiro - o que acontece com estes títulos - títulos irregulares, que foram forjados, falsificados. E, além disso, o deságio foi para contas "laranjas", empresas fantasmas.

A soma, que o "Jornal da Manchete" fez ontem, Senhores Deputados, do volume de recursos públicos, que diz que chegaram a ser destinados só para o trambique desta quadrilha montada, pode chegar a um bilhão e trezentos milhões de reais.

A pergunta que temos que fazer é a seguinte: o BANESTADO não comprou com deságio, comprou com valor de face esses títulos. Foi o último da ponta a comprar. Quer dizer, comprou o título pelo valor da face. Quero fazer uma pergunta: o BANESTADO, a Corretora do Banco do Estado, ao comprar este título, sabia que ele tinha sido vendido com deságio ou não tinha? Se ela não sabia, faço uma pergunta: por ser título federal, um título de um Estado - Pernambuco - porque o Banco do Estado não perguntou ao emitente do título por quando ele vendeu o título? Por que o Banco do Estado não comprou pelo valor de face? Não dá para fazer o argumento da rentabilidade. Sabem por quê? Porque, se esse papel tivesse rentabilidade pura, cristalina, no mercado financeiro, que é o que estão dizendo por aí, o Governo de Pernambuco não teria dado um deságio de 35%. Ele colocava no mercado pelo valor de face. A Prefeitura de Campinas colocava pelo valor de face.

Então, não dá para entender por que o Banco do Estado e algumas outras instituições financeiras compraram pelo valor final, pelo valor de face, no final da operação. Porque se esse título tem liquidez imediata e tem uma rentabilidade excelente para o Estado, porque o Estado de Santa Catarina e os outros Estados não venderam pelo valor de face? É lógico que não têm liquidez! É lógico que têm problemas nessa operação!

Não sei quais são os problemas. Não quero fazer acusações, mas temos que investigar e apurar a responsabilidade de quem cometeu isso.

Sei que o Governador Jaime Lerner fez uma reunião para tratar das questões do Banco do Estado. E conheço o Governador Jaime Lerner, imagino - e tenho quase certeza - que ele não sabe o que está acontecendo no Banco do Estado, que está hoje, ingovernável.

É preciso estabelecer a verdade a respeito dessas operações, que foram montadas no interior da BANESTADO Leasing, no interior do Fundo de Pensão do BANESTADO, no interior da Corretora de Valores.

Mais uma notícia quero dar aos senhores: num depoimento agora, há questão de quarenta minutos, na CPI do Senado Federal - vejam só quem estava

depondo agora, o Senhor Fausto Solano Pereira, dono da Corretora Boa Safra - ele afirmou textualmente, na CPI, e estas palavras estão no relatório da CPI, a partir de hoje: "Estive reunido com os Governadores de Santa Catarina e Paraná para apresentar um projeto de constituição de uma empresa, ISC - Investimentos Santa Catarina, PRI - Paraná Investimentos, para trabalhar com debêntures caucionadas nas ações da COPEL e da CELESC. A "Boa Safra" negociou a maior parte das ações da BANESTADO Leasing, e já vinha sendo investigada pelo Banco Central desde 1982, por ter efetuado quatro operações financeiras irregulares".

Portanto, Senhores Deputados, acho que daqui para frente não nos resta outra alternativa, as informações estão pululando, dia-a-dia novos fatos começam a aparecer na imprensa nacional. O depoimento do genro do Senhor Lázaro Brandão, que se reuni com o Governador do Estado do Paraná, e que foi esta mesma corretora que intercambiou toda a emissão de debêntures da BANESTADO Leasing, e agora a afirmação também das debêntures da COPEL.

É necessário que a Assembléia não se furte a uma das suas atividades fundamentais na vida democrática deste país, que é de apurar as irregularidades e as responsabilidades por quem, na conduta dos negócios públicos, em nome do povo do Estado do Paraná, possa estar cometendo qualquer irregularidade.

Por isso, a Bancada do PT, já reunida, vem discutindo e acompanhando, nos últimos dias, a evolução das informações a respeito da participação do Banco do Estado e de alguns envolvimento em relação ao que está acontecendo no resto do Brasil, com a participação de corretoras que estão implicadas, até o pescoço, com os problemas dos títulos públicos para pagamento de precatórios. Estamos solicitando, a partir de hoje, a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito, para averiguar as informações contidas nesses documentos e em outros documentos que possam ser comprovadas a sua veracidade ou não, para que possamos por a limpo, de uma vez por todas.

Quero eu que o Estado do Paraná, e o Banco ao qual pertença - com muito

carinho e que defendo em todas as oportunidades, pois sou funcionário - espero eu que todas estas informações tenham condições de serem negadas e muito bem esclarecidas, para a Assembléia Legislativa e para o Estado do Paraná.

Não me parece que haja outro caminho, porque a vinda, simplesmente, de um Secretário de Estado ou uma conversa na Liderança ou no gabinete de algum Deputado, para que algumas coisas sejam esclarecidas, não me parece que seja o método correto para que possamos pôr a limpo essas informações.

Solicito o empenho dos Senhores Deputados, que apoiem este pedido de CPI, apostem o seu nome, Bancada de situação e Bancada que faz oposição. E quero aqui lançar um desafio: a nós, do PT, não interessa fazer oposição ao Governador Jaime Lerner. Como a nós não interessa, simplesmente há aqueles que querem somente isso: denegrir, ou por quaisquer motivos, criar problemas para o Governo Jaime Lerner. Faço até um desafio: solicito à Bancada do PMDB e à Bancada que é ligada ao ex-Governador Álvaro Dias, que se tiver algum óbice político de que essa CPI tenha a sua margem alastrada para investigar, não só os dois anos de que trata a administração do atual Governo, mas que vá além. que pegue desde o começo do Governo Requião, até o dia de hoje.

Para nós interessa que as coisas venham à tona e que todos saibam a verdade. Não estou interessado - e nem o meu Partido - em fazer simplesmente o jogo puro e simples da oposição, estamos aqui defendendo que as irregularidades cometidas, sejam por quem for, sejam apuradas e os responsáveis - se houver - possam ser punidos.

Quero pedir desculpas, mas estou com uma gripe muito grande, estou com dificuldades de falar.

O Sr. Horácio Rodrigues - Prezado Deputado Ângelo Vanhoni.

Três situações me deixam ao escutá-lo. Uma, a saudade da voz do seu pai - Deputado Vanhoni, amigo de meu pai - era eufórico também. Segundo, Vossa Excelência, como bancário, sabe que a dispensa de 2.400 funcionários é uma coisa triste para

qualquer patrão. E terceiro, prezado Deputado Ângelo Vanhoni, fico preocupado quando, num documento sem assinatura, que foi entregue ao "zebrado" Senador, "sub-judice" do Paraná, um documento da mesma forma que entregaram na Câmara, e esse então Prefeito, que dizia que Vereadores tinham contas ilegais no Banco do Estado e acusavam, entre outros, a mim, a Vossa Excelência, a todos.

Então, depois de um discurso sério, patriota como o de Vossa Excelência, me pergunto: por que será que esse Senador não vai também estender essa CPI ao Estado da Bahia? Porque esse Senador não abre o cofre e mostra as situações do Banco do Estado do Paraná, no tempo de Roberto Requião de Mello e Silva?

São estas coisas que nos preocupam e dizem o seguinte, meu querido e veterano Deputado: "Só podemos acreditar - se podemos - naquilo que vemos assinado". Documento sem assinatura, da lavra ou da vinda, através de Roberto, da casa de Requião de Mello e Silva, para mim não tem valor nenhum.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado Horácio Rodrigues, agradeço o aparte, meu nobre e querido amigo Horácio Rodrigues.

A lógica do seu aparte me parece que é aquela: sabemos de mil problemas, de mil irregularidades, aqui e ali, por isso todos devemos ficar quietos perante essas irregularidades. A lógica do seu discurso é o silêncio obsequioso diante de quaisquer fatos que venham indignar a consciência ética e moral do povo brasileiro.

Para terminar, Senhor Presidente, gostaria muito de poder fornecer um aparte ao meu amigo, Deputado Valdir Rossoni, mas o Deputado tem o Horário da Liderança do Governo. Pode, depois responder, que ficarei sentadinho ali, muito atencioso.

Obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Horácio Rodrigues.

(Declina).

Horário das Lideranças.

PPB. PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti, PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente, queria dizer ao nosso amigo Horácio Rodrigues, nosso Deputado, talvez o exemplo de "zebrado" para o Senador Roberto Requião não fique muito bem, porque "zebrado" vem de "zebra", e me parece que desde as últimas eleições - a primeira que participou foi em 82 - em todas as demais disputas, em nenhuma delas Roberto Requião foi "zebra" em termos dos votos que obteve, sempre se caracterizou como "pão de urna" e um vencedor. Então, o exemplo, o apelido de "zebrado", acho que não cabe ao Senador Roberto Requião, porque em nenhum momento ele se caracterizou como uma "zebra" nas disputas eleitorais.

Senhor Presidente, o Deputado Vanhoni compareceu a tribuna e com muita propriedade passou um perfil das preocupações que todos nós estamos tendo nesta Casa. Afinal de contas, algumas centenas de notícias, denúncias, que saem nos jornais de circulação nacional, nos jornais de circulação local, nas televisões, nos rádios, nesta tribuna, naquela outra tribuna, é que as preocupações estão tomando conta no dia-a-dia nesta Casa. São pronunciamentos praticamente todos os dias, em sessões que ocorrem nesta Casa, levantando dúvidas. Dúvidas quanto a situação do Banco do Estado, que pretende demitir milhares de servidores, dúvidas com referência a isso ou aquilo, e rara são as vezes - como o de ontem, que tive o poder de enaltecer uma atitude do BANESTADO, que está colocando recursos à disposição da comercialização da safra. Hoje, a Assembleia Legislativa está de certa forma, perplexa, porque a Bancada do PT, num posicionamento tirado da sua Bancada, dentro das próximas horas, a nossa Bancada do PMDB também se reunirá para analisar os documentos, para analisar o assunto e tomar também, uma posição por inteiro.

E tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque infelizmente, as coisas estão acontecendo, no meu modo de entender,

quando é para esclarecer estas denúncias, um momento se usa meias palavras, se presta meia informação e no outro, quando se vai defender, muitas vezes o interesse do Governo, até mesmo a tentativa de acobertar um possível fraudador do interesse público, aí se usa a mídia cheia.

Estive em Borrazópolis no último final de semana, na reunião da AMUFE, e o nosso colega, o Deputado Rafael Greca - hoje Secretário do Planejamento - disse: "Não tem sentido o que pede o Governador Requião para liberar o 'Paraná Doze Meses', porque as informações a respeito dos protocolos com as montadoras, já foram prestadas em caráter sigiloso à Assembleia Legislativa do Paraná". Falou isso. Eu, para não ser deselegante - já tinha usado a palavra - escutei. Mas, estou aqui dizendo que isso não é verdade, porque em nenhum momento, que eu saiba, esta Assembleia se reuniu - a não ser em reuniões no gabinete do Líder Valdir Rossoni - para ouvir esclarecimentos isolados deste setor ou daquele setor. Mas, em nenhum momento ficou claro e esclarecido a este Plenário, a esta Casa, qual o teor do protocolo com as montadoras? O que é que aconteceu na emissão das ações? Por exemplo: estão condenando violentamente o Senador Requião pela não liberação do "Paraná Doze Meses". Conhecemos o esforço que o Hermas Brandão tem feito para levar benefícios, convênios, ações concretas do Governo no setor agropecuário neste Estado, sem receber o correspondente recurso necessário. Fosse efetivamente, uma vontade de fazer acontecer o "Paraná Doze Meses" ou uma ação concreta do Estado na agricultura, esses 400 milhões de ações que já foram negociados, por que não se separou, pelo menos, uns 50 milhões para a Secretaria da Agricultura e vinculadas implementarem o "Paraná Doze Meses"? É isso que queria colocar.

Estamos à beira da instalação de uma CPI. Por que isso? Porque talvez esta Casa tenha que tomar esta atitude nas próximas horas. Todas as informações que são pedidas são negadas. Todos os pedidos de informações - com raríssimas exceções - são negados. Talvez, se os pedidos de informações tivessem sido

aprovados, se as convocações que foram propostas, de Secretários, Diretores e empresas tivessem sido aceitas, hoje não precisaríamos estar aqui, o Vanhoni, o Pessuti, anunciando que suas Bancadas - no caso do PT, já se reuniu e decidiu - o PMDB vai se reunir nas próximas horas; o PSDB, O PTB e outros demais Partidos, haverão de se reunir para discutir este tema, pela simples falta de compreensão de que esta Casa é um Poder independente e que deve receber as informações, quando solicitadas.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni, e em seguida, ao Deputado Péricles.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Pessuti, não concordo com o seu pronunciamento, porque quando Vossa Excelência diz porque é que não se pegou 50 milhões de dólares para serem gastos na agricultura, da venda das ações da COPEL, quero dizer que foram gastos mais do que 50 milhões para dar a contrapartida do "Paraná Rural", porque no Governo anterior ficou toda a contrapartida desse programa, para que este Governo desse a parte que o Estado tinha que entrar. O Governo anterior gastou o empréstimo e esqueceu de dar a contrapartida. Então, não é verdadeira esta informação que não foram gastos recursos das ações da COPEL com a agricultura.

A segunda informação, Deputado Pessuti: quando Vossa Excelência tenta dizer que não queremos prestar informações. Todos os Requerimentos - claro que não da forma com que Vossas Excelências querem encaminhar - todos os pedidos feitos nesta Casa, foram feitos esclarecimentos pelo Presidente da COPEL, pelo Secretário da Fazenda, pelo Presidente do BANESTADO. Agora, o que Vossas Excelências estão querendo, é que a informação que vem até esta Casa, seja feita da forma com que Vossa Excelência achar melhor, e achamos melhor, de qualquer forma, que seja esclarecido o questionamento, para que a população do Paraná tenha um verdadeiro conhecimento.

Quanto à questão da CPI, Deputado Pessuti, tenho certeza absoluta que as Bancadas e nem a sua própria Bancada do PMDB, terá unanimidade, porque eles sabem muito

bem que não podemos querer uma CPI em cima de uma denúncia vazia, porque senão tornaremos esta Assembléia numa indústria de denúncias vazias e aqui queremos fazer CPI's em cima de denúncias vazias. Por isso, tenho certeza que vai prevalecer aqui o sangue paranaense. Não queremos prejudicar o Estado do Paraná.

Só quero encerrar o pronunciamento e aparte que, bondosamente é feito por Vossa Excelência. Quero dizer que, se não pensássemos na instituição Banco do Estado do Paraná, teríamos muito a falar sobre o BANESTADO e tenho certeza que muitos denunciantes de hoje teriam que estar correndo, porque as denúncias são duras e verdadeiras, mas temos que preservar a instituição BANESTADO.

E, para encerrar, Vossa Excelência não terá unanimidade em sua Bancada, porque os Deputados sabem que para se instituir uma CPI, temos que instituir uma CPI em cima de denúncias sérias, consistentes e com veracidade. E não vemos isso nesse documento que está andando por esta Casa.

Era só, obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Deputado Rossoni, só quero dizer a Vossa Excelência que, da mesma forma que se pronunciou o Deputado Horácio Rodrigues, dizendo que gosta de documentos que tenham informações verídicas, nós também gostamos que as informações prestadas que venham não só na forma do discurso, do diálogo, do esclarecimento da pessoa que ocupa, por indicação do Governador, o cargo de Secretário ou Diretor de uma empresa. Que eles venham com as informações, com os esclarecimentos, mas que escrevam e assinem embaixo e tornem isso público para todos nós. E nem nós, Deputado Rossoni, queremos que se implante uma CPI com denúncias vazias. O tempo de denúncias vazias já é de outra época.

Iremos analisar as denúncias que temos e se nos convenceremos que são denúncias que merecem ser investigadas na sua profundidade, não tenho dúvida nenhuma que a nossa Bancada, por inteiro, haverá se subscrever o pedido de constituição de uma CPI.

Concedo aparte ao Deputado Péricles Mello.

O Sr. Péricles Mello - Deputado Orlando Pessuti.

O inciso 33 do Art. 5º, Capítulo Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos da Constituição Brasileira, diz o seguinte: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos, informações de seu interesse particular, de interesse coletivo ou geral. Serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Baseado neste artigo que trata de direitos fundamentais, Deputado Rossoni, a Bancada do partido dos Trabalhadores vai entrar com uma ação de inconstitucionalidade ao artigo da Constituição do Estado do Paraná, que obriga que um pedido de informação passe por este Plenário. Esse artigo é completamente inconstitucional, porque se um cidadão comum tem esse direito, quanto mais um Deputado que representa o mandato e a vontade coletiva? Não podemos aceitar, sob hipótese alguma, o argumento falacioso do Governo que não pode, a interesse do Estado, oferecer informações ao Senado, do acordo que fez com as montadoras. Mesmo porque, não tem nenhuma lógica, nem econômica, nenhum tipo de lógica. É evidente que, na guerra fiscal que se trava, uma montadora que venha para o Paraná, ela mesma, no regateamento que vai fazer com outros Estados, vai contar aquilo que o Paraná lhe oferece, para tentar regatear com outro Estado.

O argumento secundário usado por Rafael Greca em Tibagi, quando respondeu esta questão, diz que não pode informar o que o Estado fornece para uma montadora, porque a outra vai querer, no mínimo, a mesma coisa. Isto também é falacioso. A única lógica que existe, é que este Governo esconde as informações dos Deputados e do povo do Paraná. E esconde por quê? Essa é a questão que tem que ser discutida.

Portanto, todo o nosso apoio ao seu pronunciamento, ao pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni e a nossa Bancada, que convida o PMDB a entrar junto com uma ação de inconstitucionalidade contra um artigo da Constituição do Estado, e pedido de informação tem que ser feito agora, na

Justiça, porque o Estado ainda não é um negócio particular do Senhor Governador e dos Deputados que o apoiam.

Obrigado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Concede-me um aparte, Deputado Pessuti?

Deputado Pessuti, ouvi o pronunciamento do Deputado Vanhoni e ouço, agora, o seu. E acho, Deputado Pessuti, que os fatos que estão sendo apresentados são muito graves. Estava com o Senador Requião no sábado à tarde, quando ele recebeu um documento que sintetiza operações que foram realizadas pelo BANESTADO Leasing, e que é extremamente detalhado em relação a algumas questões muito preocupantes sobre o Banco do Estado do Paraná.

O Governador Requião, imediatamente disse: "Eu não acredito que isso tudo possa ser verdadeiro!" O portador é uma pessoa absolutamente insuspeito e, creiam os Senhores, é alguém que conhece profundamente o que acontece no Banco do Estado do Paraná. Sou testemunha ocular da entrega do documento ao Senador Requião. Ele, imediatamente fez uma carta e passou um "fax" para a Casa Militar do Governo do Estado do Paraná, para que o documento fosse encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador, na expectativa de que o Governador tomasse providências. E, pelo que sei, tomou. O Governador deu prazos que venciam no final da tarde de ontem, para que a Diretoria do BANESTADO Leasing pudesse informá-lo sobre as operações que foram realizadas.

Os fatos que estão expostos no documento - se Vossas Excelências não leram, não tiveram acesso, tenho uma cópia que depois posso fornecer a cada um dos Senhores Parlamentares - são fatos muito graves, desde a emissão das debêntures até especificamente a aplicação dos recursos em empresas que não tinham suporte, não tinham lastro para captar estes recursos.

Um Governador não tem como controlar as operações que são realizadas por uma empresa na área financeira do seu governo.

Creio que que esta Casa aqui tem que ter por obrigação, investigar estes fatos. Recebi - Deputado

Pessuti, Senhores Deputados - com satisfação, a vinda aqui do Secretário da Fazenda, o Miguel Salomão, que veio a convite do Deputado Rossoni, que explicou a emissão das debêntures, por parte da Paraná Investimento e a sua aplicação. As explicações do Secretário Salomão me foram muito razoáveis, restou-me uma única grande dúvida, sobre a questão da legalidade da emissão de debêntures para uma empresa de sociedade anônima, constituída especificamente para esse fim, mas quem tem que responder, inclusive, isso, é o Banco Central. Fiz uma consulta, inclusive ao Senado da República, que fará a consulta ao Banco Central.

Creio que as questões que foram levantadas são muito graves. Não é de se discutir e de se politizar a discussão para se ter bate-boca. Acho que os fatos são muitos e envolvem um patrimônio que é de todos os paranaenses, que é o nosso Banco do Estado.

Então, creio que se o instrumento for uma CPI, que se faça uma CPI, agora, seguramente, o que precisamos é ter esclarecimentos, é ter detalhadas estas questões, as denúncias que, como eu disse, vi o portador do documento, que é uma pessoa insuspeita, que conhece profundamente o Banco do Estado do Paraná, e os dados que ele coloca são extremamente graves.

Por isso, Deputado Orlando Pessuti, quero parabenizá-lo, e ao Deputado Ângelo Vanhoni. Tenham meu total apoio na Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, sobremaneira, o que pretendemos ver são estas denúncias esclarecidas.

Só para concluir, Senhor Presidente. Desculpe, é que me alonguei no aparte.

Mas, agora há pouco, aquele que é tido como um gênio do lançamento das debêntures do BANESTADO, estava na CPI parecendo um idiota, admitindo que tinha recebido por telefone um depósito de 9 milhões na sua conta bancária e que tinha recebido uma lista para pagar esses. Perguntaram: "Por que fez isso?" Disse: "É que eu precisava de 1 milhão e oitocentos no final do ano, daí fiz essa operação".

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, concluo agradecendo os apartes que me ofereceram o Deputado Romanelli, Péricles, o Deputado Rossoni e, reafirmando mais uma vez, que talvez não estivéssemos na situação de hoje, e pré instalação de uma CPI, se tivéssemos recebido aprovação nesta Casa, dos Pedidos de Informação, e tivéssemos recebido as informações que eram solicitadas e que foram negadas a este Parlamento.

O SR. EMERSON NERONE (Pala Ordem) - Consignatário também da CPI, Senhor Presidente, apenas gostaria de dar uma explicação ao Deputado Valdir Rossoni, na medida em que ele diz que não havia embasamento nenhum para essa CPI, e também ao Deputado Horácio Rodrigues.

O nosso embasamento é absolutamente simples: o BANESTADO comprou títulos de Pernambuco, de Alagoas, Santa Catarina. Isto está claro, a Nação toda sabe disso. E o Governo do Estado lançou debêntures no mercado para captar recursos - as nossas debêntures sofreram deságio, vamos pagar um juro altíssimo para recolhê-las - enquanto que compramos pelo valor de face, títulos absolutamente suspeitos no mercado.

O fato do BANESTADO Leasing não ter comprado, não ter adquirido as debêntures, o que no mínimo restaria ao Governo do Estado pagar juros à própria BANESTADO Leasing como acionista maior, o lucro ficaria no nosso próprio Estado. Só este fato já redundaria, a nosso ver, na necessidade de uma CPI. É absolutamente simples, é extremamente embasado e qualquer coisa, qualquer tipo de desculpa de não embasamento, não deve ser a oposição, mas sim a Bancada do Governo - que negou o pedido de informação logo no começo desta situação complicada para o BANESTADO, sim, ao negar informações sobre as debêntures.

Portanto, falta de embasamento, só quem não conseguiu entender nada até agora do que está acontecendo neste País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças.

PDT. PSDB. PL. Liderança do Governo.

(Todas declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Só para registrar a presença do meu amigo, Prefeito de Braganey, acompanhado do Vereador Batista.

O SR. TOTI COLAÇO - Gostaria também que ficasse registrado na Casa, a presença do ex-Deputado, um grande amigo nosso, Alceu. A presença do ex-Deputado é uma honra para nós estar conosco neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 18 (dezoito), de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da presente sessão, do Projeto de Lei nº 244/96, por entendimento com a Liderança do Governo, e transferindo para a sessão do dia 12 de março do corrente ano. **Deferido.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a criar o Delegacia da Mulher no Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Leopoldina, objetivando a pavimentação entre Leopoldina e o Distrito de Jandimópolis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/96, de autoria do Deputado José Tavares, da cessão de terreno pertencente ao Estado do Paraná para o Município de Sabáudia, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.T.I.C..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, com apoio do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 161/96.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 038/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar o Lote nº 31, do Imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis, a Pedro Ribeiro Ribas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/96, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Nereu Moura, que considera relevante no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassentamento de contingente populacional em área onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 73, de 29.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 224/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Nereu Moura, visa considerar relevante no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassentamento de contingente populacional em áreas onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

Conforme expediente apresentado, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente, fica adiada a discussão por 01 (uma) sessão, do Projeto de Lei nº 224/96.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Vamos colocar este Projeto para a sessão de depois de amanhã.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 042/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar o Lote nº 03, do Imóvel denominado Três Tombos, situado no Município de Pitanga, com área de 106,4415 ha., a Izabel Goldacha. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 03, de 26.02.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 05/95

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 024/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Izabel Goldacha, o imóvel constituído do Lote nº 03, do Imóvel denominado "Três Tombos", no Município de Pitanga, com área de 106,4415 ha.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analizando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42/96

P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de resolução, oriundo da Mensagem Governamental nº 24/95, com o objetivo de alienar o Lote nº 03, do Imóvel "Três Tombos", situado no Município de Pitanga, Comarca de Pitanga, a Izabel Goldacha.

Fundamentação

Os órgãos competentes do Poder Executivo examinaram devidamente o

processo, tendo o mesmo recebido pareceres favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria de Estado do Governo.

Conclusão

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favorável a aprovação do Projeto de Resolução em epígrafe.

Sala das Comissões, em 27.11.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 260-M, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 261 e 298-A, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 284, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 285, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 286 a 291, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 292 e 293, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 294, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 295 a 297, de autoria do Senhor Deputado José

Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 298, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 302 e 303, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 305, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, apenas para registrar a presença do Prefeito de Itapejara do Oeste, Leonardo Gritti e do ex-Prefeito, Celito Beviláqua.

E, gostaria de informa a Vossa Excelência, que o PPB já enviou à Presidência desta Casa, a composição das Comissões, através da indicação e todos os seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 042/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 025, 159, 326 e 484/96.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/97.

Levanta-se a sessão.